Feliz Natal
Próspero Ano Novo 2021

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 17/Dez

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2476/2020

DISTRITO FEDERAL

OLHO VIVO

SINDESV-DF Filiado: CUT DIEESE CNTV

Dezembro/2020 - Ano XXII - Número 493

Informativo Oficial do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF)

CAMPANHA SALARIAL 2021:

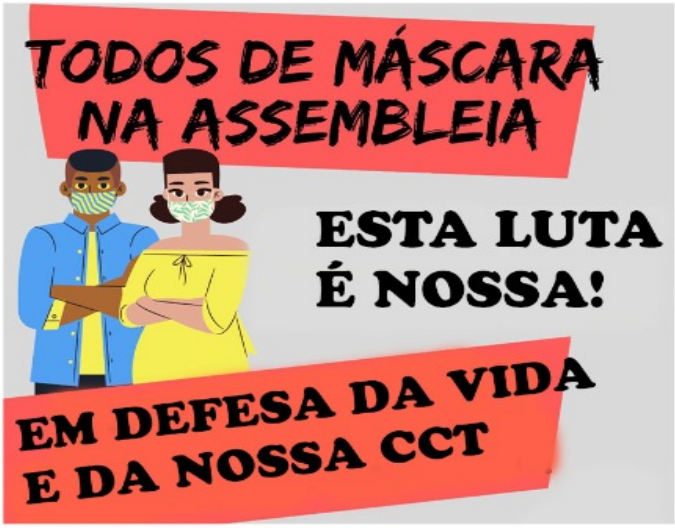
Quer conhecer a contraproposta patronal?

Então venha para a Assembleia!

Depois de alguns dias de muita negociação, o Sindicato Patronal apresentou uma contraproposta para ser discutida e apreciada pelos vigilantes. Estamos em um ano atípico e preocupados com o crescimento do contágio pelo coronavírus, mas é importante que tenhamos uma boa participação em nossa Assembleia Geral, pois é ela que vai validar a proposta dos patrões, tanto para aceitar, quanto para rejeitar. É uma decisão que cabe à nossa categoria.

No entanto, pedimos a todos e todas que venham usando máscaras, usem e abusem do álcool em gel e o Sindicato também estará atento e adotará todas as medidas protetivas que a situação exige.

Apesar da pandemia, devemos manter a fé e a esperança de que dias melhores virão e precisamos fazer a nossa parte, nos protegendo e protegendo nossas famílias, amigos e colegas de trabalho, aguardando com ansiedade a chegada da vacina para que possamos retomar com mais tranquilidade nossas atividades, nosso lazer e principalmente ampliar as lutas de 2021 que certamente serão intensas com inúmeras pautas locais e nacionais, principalmente a manutenção do emprego e direitos, dentre outros temas do interesse de todos e todas.



Contamos com a sua participação em nossa Assembleia Geral.

Assembleia Geral

Dia: 18/12/2020 – sexta-feira – às 19h30

Local: Rampa dos Vigilantes (Conic) em frente à Casa do Chocolate.

Pauta: Discussão e deliberação acerca da contraproposta patronal - Campanha Salarial 2021.

ALAGOAS

A VOZ DOS VIGILANTES

SINDVIGILANTES/AL
Filiado à CUT, CNTV/PS, FIVABS e DIEESE
GESTÃO: Unidos somos fortes

BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - DEZEMBRO/2020 - Edição nº 17 Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257

SINDVIGILANTES/AL ADQUIRE UM CARRO E UMA MOTO ZERO KM PARA BENEFÍCIO DA CATEGORIA

É com grande satisfação que o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas anuncia mais uma grande conquista para a categoria. Através de sua Diretora na Gestão UNIDOS SOMOS FORTES, a entidade adquiriu um Volkswagen Gol e uma Moto Honda, ambos Zero Km, que irão contribuir significativamente na luta em defesa dos trabalhadores.

Os veículos foram comprados através da contribuição dos vigilantes associados. Eles já estão identificados com a identidade visual do Sindicato e serão utilizados exclusivamente a serviço da entidade.

Na ocasião, o presidente José Cícero Ferreira agradeceu a confiança dos associados e ressaltou que os veículos irão auxiliar em todas as ações da entidade, como nas fiscalizações e no combate às irregularidades nos postos de trabalho da capital e do interior.

“Agradecemos a todos os vigilantes associados pela confiança em nosso trabalho. Reforçamos que esta é uma gestão transparente, que tem o compromisso real com os trabalhadores, e que esse é um patrimônio de todos os associados”, declarou o presidente.

Juiz encaminha despacho para MPT referente à liberação de valores do Processo Coletivo Ronda/Detran

Após o Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia solicitar a liberação de valores depositado no Processo Coletivo n° 0000597-20.2015.5.14.0004, Ronda/Detran, com esforço da competente Assessoria Jurídica do SINTESV/RO, "a quem expressamos aqui nossos agradecimentos" Diretoria.

O Juiz do Trabalho Exmo. Dr. EVERALDO DOS SANTOS NASCIMENTO FILHO, encaminhou DESPACHO ao Ministério Público do Trabalho, Considerando o valor significativo a ser liberado em prol da classe trabalhadora, por cautela, para ciência dos atos até aqui produzidos, dando um prazo de 05 (cinco) dias para que o MPT se manifeste.

Diante desse despacho o advogado do Sindicato, Dr. Fabrício Fernando, avalia com bastante entusiasmo essa decisão e que irá se empenhar para que o MPT se manifeste o quanto antes possível, devido ao recesso Judicial. E que esse fato desmonta a responsabilidade e fiscalização do órgão competente no processo coletivo do Sindicato.

A diretoria do Sindicato através do seu presidente Valdemar Cosme, se dirige a categoria e comenta que "caso o MPT concorde com a liberação dos valores que está a meses depositado na conta judicial, será mais uma grande vitória dessa diretoria e um alento aos Vigilantes da empresa Ronda, principalmente nesse momento difícil que estamos passando devido a pandemia.

O SINTESV/RO está à disposição dos trabalhadores para quaisquer esclarecimento.

FONTE: SINTESV/RO

SERGIPE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Similares do Estado de Sergipe(SINDIVIGILANTE/SE), no uso das suas atribuições estatutárias, vem por meio deste CONVOCAR os Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares do estado de Sergipe, para participarem de *ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA à ser realizada nos próximos dias 18 e 19/12 (sexta e sábado),* na sede do Sindicato dos Vigilantes do estado de Sergipe, situado na Rua Rio Grande do Sul, 118 – Bairro: Siqueira Campos – Cidade: Aracaju/SE. Sexta-feira: sendo que a primeira chamada será as 19h00, com quórum estatutário e em segunda chamada as 19h30, com qualquer número de interessados presentes. Sábado: sendo que a primeira chamada será as 08h00, com quórum estatutário e em segunda chamada as 08h30, com qualquer número de interessados presentes, para deliberarem a seguinte pauta:

1) *NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2021(Contra proposta patronal)*.

Reginaldo Gonçalves Silva Diretor Presidente do Sindivigilante/SE

Gestão: transparência e renovação

Fale conosco: (79) 3022-7763

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

RIO GRANDE SO SUL

URNAS DA ELEIÇÃO DO SINDICATO FORAM RECOLHIDAS E DEPOSITADAS EM JUÍZO

Oficial de Justiça, à esquerda, levou as urnas pela manhã

Como todos sabem, infelizmente, a eleição do Sindivigilantes do Sul não teve prosseguimento até sua conclusão, tendo sido cancelada no penúltimo dia por decisão judicial, com a justificativa da pandemia do coronavírus. Em vista disso, na manhã desta quarta-feira, dia 16 de dezembro, as urnas (lacradas) foram recolhidas por um oficial de Justiça, na presença do presidente da Comissão Eleitoral, Palmor Vasconcelos, e depositadas em juízo até segunda ordem do Poder Judiciário. Este assunto encontra-se sob análise da juíza do processo.

FONE: SINDVIGILANTES DO SUL

Segurança nas agências de negócios foi tema de negociação

Mesa Bipartite Segurança Bancária se reuniu nesta terça-feira (15)

A representação da categoria bancária e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se reuniram nesta terça-feira (15) para tratar da questão da segurança bancária. Os trabalhadores apresentaram como maior preocupação a questão das agências de negócios dos bancos, que continuam a operar sem porta de segurança ou vigilantes, colocando em risco a vida dos funcionários e dos clientes.

Os bancos alegam que nestas unidades não se opera com dinheiro e, por isso, não existem riscos. No entanto, estas agências operam com caixa eletrônico no saguão de entrada, que são abastecidos por empresas terceirizadas.

"A Fenaban não nos respondeu positivamente a nossa demanda neste assunto e demonstrou insatisfação com as leis municipais e estaduais que, segundo eles, criam dificuldade operacionais a este modelo de agência. Nos propuseram a criação, em conjunto, de uma redação nacional padrão para ser levado às câmaras municipais. Esse é um debate caro para nós pois muitas vezes uma lei municipal ou estadual é tudo que a entidade tem para garantir a segurança dos bancários e da população, mas estamos dispostos a ouvir, dialogar e esgotar este assunto em mesa de negociação", disse Elias Jordão, coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Nova reunião será realizada nos próximos dias para que a Fenaban apresente sua proposta para a avaliação e discussão no Coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT e do Comando Nacional dos Bancários.

FONTE: CONTRAF

Contrato intermitente: lendo os números do Dieese

Este debate já está posto pela realidade gerada pela ineficácia de a Reforma Trabalhista estancar o desemprego e gerar novos postos de trabalho. Só a ação eficaz do movimento sindical, em níveis político, jurídico e legislativo poderá alterar os danos que os trabalhadores têm sofrido com a vigência da Lei 13.467/17.

Na semana passada, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgou — por meio Boletim Emprego em Pauta, # 17, de dezembro de 20201— os números relacionados aos contratos intermitentes de trabalho2, em 2019, no Brasil. Esse modelo de contratação de mão de obra assalariada está contido na Lei 13.467, conhecida como Reforma Trabalhista, em vigor desde novembro de 2017.

Os números do Dieese revelam que esses contratos "indicam que, na prática, o trabalho intermitente se converte em pouco tempo de trabalho efetivo e em baixas rendas."

O contrato de trabalho intermitente é uma espécie de reserva técnica do grande exército de reserva de desempregados no País. Desse grande exército brota essa mão de obra farta e barata. Imensamente disponível desde que a crise econômica dragou o Brasil e o jogou nesse caos, que permitiu a eleição de um grupo político, que em condições normais jamais teria êxito numa eleição direta e democrática.

Já está na hora de alterar o contrato intermitente de trabalho

"Ao final de 2019, a remuneração mensal média dos vínculos intermitentes foi de R$ 637, o que equivalia a 64% do valor do salário mínimo no ano", destaca o boletim técnico do Dieese.

Os números demonstram que a propaganda do governo, na época em que o projeto foi aprovado pelas 2 casas do Congresso — Câmara e Senado —, e dos empresários foi enganosa, pois apresentaram expectativas que nunca se concretizaram. Em agosto de 2018, o número de desempregados era um contingente de 13 milhões de trabalhadores e outros 37 milhões de informais3, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os dados pontificados pelo Dieese revelam que os contratos intermitentes têm servido apenas para engordar estatísticas falsas do governo, pois esses modelos de contratação, em 2019, mostram que "22% não tiveram renda". "Ou seja, 1 em cada 5 contratos intermitentes não gerou renda alguma para o trabalhador. Esse resultado foi pior do que o registrado em 2018, quando 11% dos vínculos não tiveram renda."

Contratos de curta duração e baixos salários

Outro dado importante no estudo do Dieese mostra que esses contratos tem baixa duração. Perduram por no máximo 6 meses e meio. São 3 meses e meio de espera e 3 meses de trabalho efetivo. Ou seja, são apenas 3 meses com remuneração, já que essa modalidade de contratação só paga o período efetivamente trabalhado.

Isto revela que são contratos sazonais, com baixíssimo salário, portanto não resolvem efetivamente o problema do desemprego e muito menos das baixas remunerações oferecidas pelo mercado.

Ação no STF

Esse modelo de contratação foi questionado no STF (Supremo Tribunal Federal), por meio das ADI (ações diretas de Inconstitucionalidade) 5826, 5829 e 6154. As ações foram ajuizadas por entidades sindicais nacionais. O relator, ministro Edson Fachin ofereceu parecer pela inconstitucionalidade da norma.

O parecer já recebeu 2 votos divergentes, dos ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes, que se posicionaram pela constitucionalidade da norma. A votação foi suspensa com o pedido de vista da ministra Rosa Weber. Não há data para que o julgamento das ações volte novamente ao plenário da corte.

Ao fazer um balanço dos vários julgamentos de matérias trabalhistas realizadas pela Corte Suprema, sempre contrário aos trabalhadores, não convém nutrir nenhuma expectativa positiva de que o plenário do STF irá considerar o contrato intermitente inconstitucional.

Para que não haja dúvida sobre isto basta também lembrar que o TST (Tribunal Superior do Trabalho) negou existência de vínculo empregatício entre motorista e Uber. Embora a relação de trabalho contenha todos os 5 elementos que caracterizam o vínculo empregatício:

1) pessoa física, pois a jurídica não realiza o trabalho;

2) pessoalidade, que está vinculado à pessoa física;

3) não eventualidade;

4) onerosidade; e

5) subordinação.

Ação sindical

Diante desse quadro, o movimento sindical precisa pensar e realizar ações contra o contrato intermite de trabalho ou no mínimo por sua substantiva melhoria. Este debate já está posto pela realidade gerada pela ineficácia de a Reforma Trabalhista estancar o desemprego e gerar novos postos de trabalho. Sobre isto, leia o artigo "Precisamos continuar o debate em torno da Reforma Trabalhista".

Marcos Verlaine - Jornalista, analista político e assessor parlamentar licenciado do Diap

Reforma Trabalhista tirou direitos de quase 80% dos jovens brasileiros

Com reforma de Temer e sem política econômica de Bolsonaro, que também tirou mais direitos, aumentou os índices de jovens com empregos sem direitos e com rendimentos de menos de um salário mínimo por mês

O sonho de quase 80% dos jovens brasileiros de ingressarem no mercado de trabalho com uma renda razoável, estabilidade e possibilidade de construção de uma carreira profissional não se realizou.

Entre os motivos citados por especialistas para este cenário estão a falta de uma política econômica que gere emprego e renda na gestão de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e a reforma Trabalhista, aprovada no governo de Michel Temer (MDB-SP), em 2017, que além de retirar direitos de trabalhadores também criou novas formas de contratação que nada mais são do que 'bicos regularizados', caso dos trabalhos temporários e do contrato intermitente de trabalho, o que restou aos jovens foi o emprego precário e sem direitos. Eles diziam que a reforma geraria empregos e o que gerou foi mais de 14 milhões de desempregados no país.

Precarização

Atualmente, 77,4% dos trabalhadores e trabalhadoras de até 24 anos estão em trabalhos precarizados, ou seja, empregos, temporários, intermitentes, ou mesmo sem registro carteira, sem direitos e com baixos salários. O dado é de estudo do Instituto IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

De acordo com o estudo, por causa dessa forma de relação de trabalho – o intermitente -, os rendimentos dos jovens não chegam, em muitos casos, a um salário mínimo mensal (R$ 1.045,00). Na faixa etária de 20 a 24 anos, no primeiro segundo trimestre deste ano, a média salarial ficou em R$ 476,19. Pior ainda na faixa dos 15 aos 19 anos, em que o rendimento médio no período foi de R$ 92,13.

É fato que a pandemia do novo coronavírus teve sua parcela de influência para rendimentos tão baixos, uma vez que agravou a crise econômica brasileira, mas a média já não era alta no primeiro trimestre, antes da crise sanitária. Para a faixa de 20 a 24 anos, a média era de R$ 643,51 e para a faixa entre 15 e 19 anos, R$ 139,94.

"A cada dia que passa, aumenta o número de contratações pelo contrato intermitente e são os jovens os que mais estão nesse segmento. O mercado de trabalho se deteriorou, está precarizado e temos milhões de trabalhadores vivendo em estado de penúria por causa da reforma Trabalhista", afirma o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle.

Rechaçada e denunciada pela CUT e pelas demais centrais sindicais, além de inúmeros movimentos sociais como o pior ataque aos direitos trabalhadores dos últimos cem anos, a reforma Trabalhista não gerou os milhões de empregos prometidos por Temer na época em que se engajou para aprovar a nova lei.

Pelo contrário, os poucos empregos gerados são justamente os trabalhos precarizados, sem direitos e com baixas remunerações. A responsabilidade recai totalmente sobre os governos Temer e Bolsonaro que não fizeram (e não fazem) nenhuma ação para que a taxa de desemprego retroceda. A afirmação é de Adriana Marcolino, técnica da subseção da CUT Nacional, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

"Com a recessão, o desemprego dobrou e temos uma política econômica de baixo crescimento que não tem condições de reagir e absorver todos os trabalhadores que perderam seus empregos. Por isso, esses trabalhadores, na maioria os jovens, têm de se sujeitar aos trabalhos precários", explica.

Um dos motivos do golpe de 2016

Tudo faz parte de uma 'ação orquestrada', criada para tirar direitos da classe trabalhadora e beneficiar o empresariado, uma das razões para o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, diz o secretário nacional de Relações do Trabalho da CUT, Ari Aloraldo do Nascimento.

"De forma geral, o que vemos no mercado de trabalho é que todas as medidas dos últimos governos [Temer e Bolsonaro], como a reforma Trabalhista e a reforma da Previdência, prometeram gerar novos postos, mas retirando direitos dos trabalhadores para beneficiar a classe empresarial do país. E esse foi um dos motivos do golpe de 2016", diz o dirigente.

A secretária nacional de Juventude da CUT, Cristiana Paiva, vai além e diz que "o que o empresário e a elite da sociedade faz é ver o trabalhador como mão de obra barata, sem direitos e que tenha muita utilidade, ou seja, uma máquina de trabalho e não um ser humano que tem que ter saúde, educação e direitos básicos para sobreviver. E o jovem é aquele trabalhador que está na ponta do conceito de 'máquina de trabalho".

"É o segmento mais vulnerável do mercado de trabalho. E hoje os jovens estão sem perspectivas, tendo que se sujeitar ao sofrimento, ao adoecimento por causa de trabalhos que não oferecem um mínimo de dignidade, somente exploração máxima, como os entregadores de aplicativos", complementa Cristiana.

E quando se fala em adoecimento desses jovens, o assunto tem proporções preocupantes. Um levantamento feito pela Universidade de São Paulo (USP), mostra que a maior parte dos casos de licença para o tratamento de saúde no país tem como causa distúrbios psiquiátricos. A depressão é o principal deles. E segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio é a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos.

Eles não se importam

Na contramão da proteção social e da geração de empregos de qualidade, o governo Bolsonaro, com seu ministro da Economia, Paulo Guedes, insiste em táticas nada saudáveis para os trabalhadores. Não bastasse o desastre da reforma Trabalhista, em 2019 tentaram emplacar o Programa Verde e Amarelo, que criava a 'Carteira Verde e Amarela', que não passava de um aprofundamento dos efeitos da reforma Trabalhista, permitindo contratação sem as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de redução dos valores recolhidos ao FGTS e outros ataques.

A Medida Provisória (MP) 905/2019 do Contrato Verde e Amarelo, foi aprovada na Câmara mas a pressão da CUT e do movimento sindical conseguiu fazer com que ela caducasse no Senado. Mas como do governo Bolsonaro não dá para esperar outra coisa além da insistência em colocar suas ideias em prática, Paulo Guedes já anunciou que para 2021, uma nova MP nos mesmos moldes (senão a mesma) será encaminhada ao Congresso Nacional.

Guedes teve de se contentar com a derrota este ano, mas conforme explica Antônio Megale, sócio da LBS Advogados, assessor jurídico da CUT Nacional, o governo não pode reeditar uma medida provisória no mesmo ano em foi rejeitada pelo Congresso Nacional. A proibição foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, n° 5.709.

"Assim, em 2020, não se pode discutir o mesmo conteúdo da MP do Contrato Verde e Amarelo. Em 2021, sim", diz o advogado.

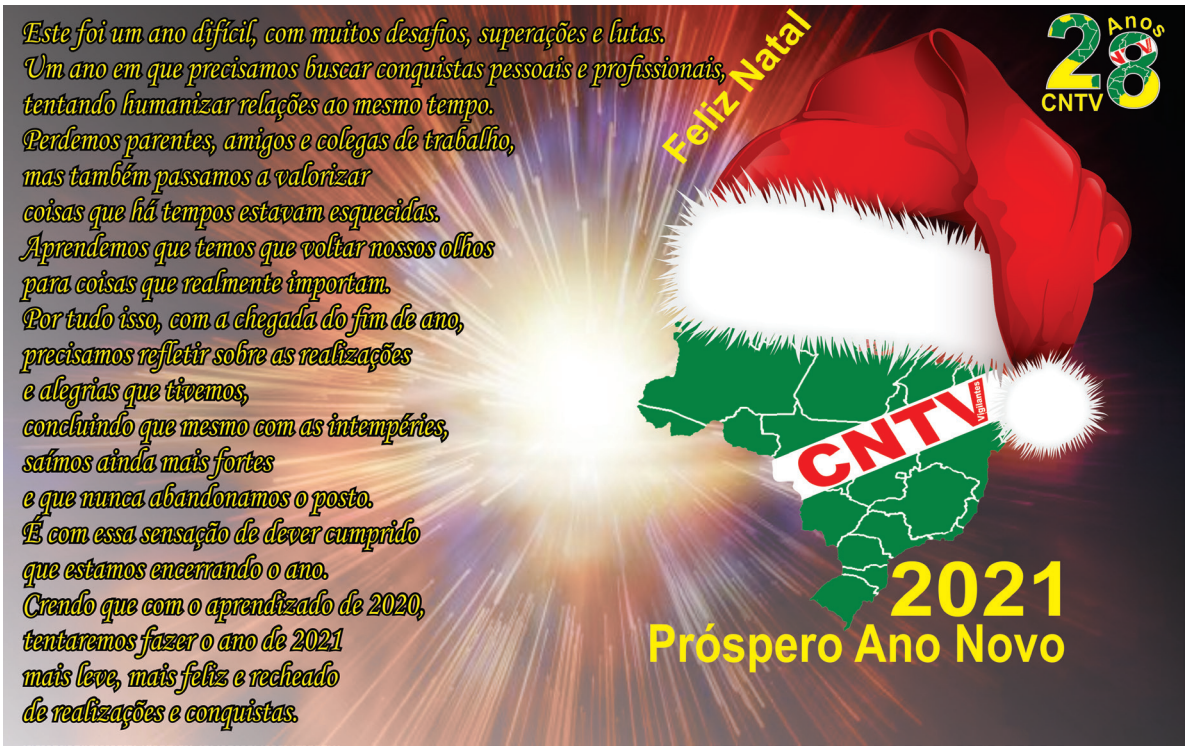
Luta que não cessa

Já com a previsão de que os ataques recomecem junto com o ano novo, Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, afirma que, novamente, o movimento sindical fará frente ás tentativas de atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores.

"É um absurdo o governo só pensar no lucro dos empresários e o trabalhador não ganhar nada, então, eles podem até vir no começo do ano. Já estamos mobilizados para fazer frente a uma nova MP e para que não aprofundem ainda mais essa situação dos trabalhadores", diz Valeir.

Foto: Agência Brasil

Fonte: Érica Aragão com edição de Marize Muniz – CUT Brasil



Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF